Consumo versus sabedorias ou O capitalismo contra a arte de viver ou O poder é a impotência¹

Ana Ruth Najles

Considerando que os psicanalistas devem conseguir responder ao mal-estar da civilização da época em que vivemos, impõe-se a nós uma pergunta: como ler a atualidade? Como ler a modernidade ideológica?

Podemos dizer – junto com Miller, em seu curso *Piezas Sueltas*¹- que nossa época se caracteriza como a época onde o “poder é a impotência”² – como afirmava Lacan em seu “Discurso aos católicos” ao referir-se à psicologia moderna –, na qual o governo prescinde da política, já que se trata do governo por “peritagem coletiva”³, ou seja, anônimo. Segundo Lacan – tal como destaca Miller –, se trata de um chamado ao pai – significante mestre – que prepara o retorno da autoridade em suas formas mais terríveis⁴ (p.ex. Totalitarismos).

Por outro lado, fica evidente que a ficção reguladora na ordem social atual é a “liberdade do consumidor”⁵, que se traduz pelo matema do sujeito barrado, que “verdadeiramente”, está comandado pelo mestre.

Por isso Miller afirma que as guerras do século XXI são entre a fé e o mercado⁶. E a divisão do sujeito se produz, portanto, entre sua espiritualidade e seu materialismo.

Trata-se, nesse momento, e ainda hoje, de encontrar o lugar para a psicanálise em um mundo configurado entre a perícia coletiva, para manipular a liberdade do consumidor, e a religião⁷. Evidencia-se que a operação das terapias cognitivas, de mãos dadas com o DSM, consiste em reverter o S_1 produzido pelo discurso analítico, em benefício do discurso do mestre, sem esquecer a aliança atual do mestre com o saber – pseudo-científico. Isto tem como resultado a *burocracia* enquanto uma das formas do discurso universitário, que se caracteriza pelo fato de que o *saber* – cuja verdade é o poder em decadência do mestre antigo – exerce seu domínio sobre um elemento de gozo com a finalidade de ordenar e regular a sociedade, antecipando seu porvir⁸.

$\underline{S}_2 \rightarrow \underline{a}$

$S_1 // \$$

É desse modo como o domínio aponta a que esse elemento de gozo, excessivo respeito do saber, se reduza ao $\$$ – conjunto vazio – enquanto pura “variável de ajuste”⁹. Trata-se, na verdade, da tirania do saber.

1 Segundo os desenvolvimentos de Jacques-Alain Miller em seu curso da Seção clínica de Paris 2004/2005, *Piezas sueltas*, Paidós, Buenos Aires, 2013.

2 Idem, cap. VII, p. 101.

3 Id, p. 289

4 id

5 Id, p. 312

6 Id. p.313

7 Id. p. 316

8 Idem p.99

9 idem

Há que considerar também que esta decadência do mestre antigo – o significante do Ideal – deu lugar ao império do regime do “Não-Todo” cuja lei é: “não há exceção”, quer dizer, “todos iguais”¹⁰.

De modo que estamos – como indica Jacques-Alain Miller – perante um totalitarismo que não se totaliza, um totalitarismo serial que não conta com a segurança que dá o conjunto¹¹. É por isso que se impõe a *suspeita generalizada*¹² e, também, a *avaliação para-todos* como sua consequência lógica (Há que se inspecionar).

Como afirmava Jean-Claude Milner em seu livro *A política das coisas*, o único objetivo da avaliação é a “domesticação generalizada”. Trata-se de uma operação de *controle* que ataca o direito ao segredo¹³, o único que pode opor resistência ao controle.

O que explica a expansão da avaliação, segundo Milner, é que ela promete que as coisas poderão finalmente governar, substituindo as miseráveis decisões humanas.

O “governo das coisas” oferece grandes vantagens quando o que interessa é impôr o silêncio, já que dispensa toda política. “O governo das coisas”, de Milner, remete ao neologismo “governanza”¹⁴, ao qual Miller define como um governo de peritagens coletivos e sem a política.

A avaliação para Milner – lembremos que nessa mesma época, 2004, Milner e Miller publicaram um livro sobre a avaliação – é um produto da democracia moderna solidária à economia de mercado – regida pela tecnociência – democracia que se caracteriza por não dar o governo aos homens senão às coisas. Esta “democracia verbal”, como a denomina Milner, pretende a “igualdade substancial”, já que esse é o tipo de igualdade que convêm às coisas.

É através da *avaliação* que os mestres da democracia verbal puderam estabelecer a igualdade, submergindo os seres falantes no espaço do medível e do substituível. Por isso pode-se afirmar que a *avaliação* instala a transformação dos homens em coisas.

Podemos colocar que, neste ponto, ressoa em toda sua dimensão a hipótese de Lacan do ano 1967, sobre a “criança generalizada”, para dar conta de “o que rubrica a entrada de um imenso gentil no caminho da segregação”¹⁵.

Este caminho da segregação só pode ser lido como a perda do estatuto de ser falante para cair no estatuto de objeto de manipulação por parte do mercado; objeto mais-de-gozo homologável a qualquer objeto produzido pela tecnologia. Isso implica em deixar o ser falante sem palavra, sem responsabilidade, de modo que todos, enquanto consumidores, somos crianças. Isto é assim porque a maior identificação que se propõe ao ser falante na atualidade é a identificação com o consumidor, o que, por sua vez, acaba sendo objeto de consumo do mercado.

“A criança generalizada”, então, equivale a postular o *mesmo gozo para todos*.

Os especialistas atuais são os encarregados de traduzir para os governantes os supostos discursos das coisas. Mas, como as coisas não falam, esses pretendidos porta-vozes das coisas são, somente, porta-vozes de si mesmos.

Se a *avaliação* é a perícia por excelência é porque ela permite fazer perícias de todos os demais peritos. A força da avaliação reside, portanto, no fato de que não há, em si mesma, nenhum conteúdo próprio. A avaliação é inavaliável.

10 Ídem p. 297

11 Id, p.297

12 Id, p.299

13 Idem 1, p.126

14 Idem p. 289

15 Lacan, J.: “Discurso de Clausura de las Jornadas sobre las psicosis en el niño”, en: *Análisis Nro 3*, Correo/Paradiso, Barcelona, 1987.

Temos aqui a nova definição do Ser Supremo: o que avalia a todos e que, por sua vez, não poderia ser avaliado.

“A avaliação escolheu a peritagem; ao fazê-lo escolheu o controle, e ao escolher o controle abandona o sofrimento à sua sorte”¹⁶ já que é isso o que exige o governo das coisas.

É por tudo que dissemos anteriormente que a *avaliação* – pretensamente científica –, subsidiária da política das coisas, jamais poderia emitir um julgamento favorável sobre a psicanálise¹⁷.

E por que? Porque contra a ilusão filosófica – e não somente a do pragmatismo – a prática da psicanálise demonstra que os problemas da vida não se dissiparão jamais. Considerando que o problema da vida é que *não há relação* – nem entre as palavras e as coisas, nem entre homens e mulheres –, somente há modos singulares de vida, que na psicanálise denominamos *sinthome*. E o *sinthome*, despido do sentido, objeta o laço social, já que se reduz ao gozo autístico, quer dizer, a um modo de vida singular.

Dado que *alíngua* – enquanto integral de equívocos na qual cada um vem cair ou submergir-se – faz do ser que a habita e que a falará um doente, um deficiente, ela constitui o trauma para o ser falante. Em seu seminário *Le sinthome*¹⁸ Jacques Lacan propõe fazer um uso lógico do sintoma, o que supõe sua redução ao real sem lei, real que condensa o trauma de *alíngua* que se escreve como “acontecimento do corpo”. Isto quer dizer que se inscreve como marcas no corpo enquanto as palavras marcam e recortam os corpos, ou seja, dão corpo ao ser falante.

Para a psicanálise se trata de fazer uso desse sintoma que possibilita ao neurótico viver ainda que seja incômodo. Se se apela à psicanálise é para fazê-lo menos incômodo, até alcançar o ponto de estar feliz em viver¹⁹. Em seu *Seminário 24, L'insu.....*²⁰, Lacan pontua que isso é o suficiente.

Lacan coloca também que ainda que o sintoma se reduza, sempre fica um relevo que dá conta de que cada um é sem par, e que sua diferença reside nesse resto opaco que fica irreduzível ao semblante – ao significante. Esse resto é o que dá a cada um seu valor, sua diferença absoluta, sua nobreza. Como bem nos lembra Miller, Lacan coloca que não há ser falante sem *sinthome*²¹.

É dessa forma que no contexto do último ensino de Lacan a ciência aparece como o duplo da religião, pois ambas supõem um saber no real; diferentemente da perspectiva da psicanálise da orientação lacaniana que coloca o *sinthome* como esse real totalmente disjuncto do saber, quer dizer, um real exterior ao simbólico com o qual haverá que saber se virar.

A política da psicanálise, regida pelo sintoma, dá conta de que sempre haverá um resto que resiste à avaliação “científica”, resto que é a esperança da psicanálise, pois é o que põe limite e faz fracassar toda a “utopia totalitária”²².

Tradução: Pablo Sauce

Revisão: Júlia Jones e Marcelo Magnelli

(Endnotes)

1 Artigo baseado no último capítulo de meu livro: *Problemas de aprendizaje y psicoanálisis*, Ed. Grama, 2012.

16 MILNER, J.-C.: *La politique des choses*, Seuil, Paris, 2005

17 Idem 1, cap. XII, “¿Puede evaluarse el psicoanálisis?”

18 LACAN, J.: Le séminaire, Livre XXIII, *Le sinthome*, Seuil, Paris, 2005.

19 Idem 1, p. 48

20 LACAN, J.: *Seminário 24, “L'insu qui sait de l'une bevue...”*. Inédito.

21 Idem.1, p. 51/52

22 Idem cap. XI